

Ilustre desconhecido

Categories : [Reportagens](#)

O baiano Alexandre Rodrigues Ferreira vivia em Portugal em fins do século XVIII e mal tinha completado 27 anos quando recebeu uma ordem que para a maioria dos seres humanos, mesmo nos dias de hoje, seria sinônimo de sofrimento, privação e excesso de trabalho. A coroa portuguesa o chamava para liderar uma expedição pelo Centro-Oeste e Norte do Brasil. A convocação era irrecusável, e não apenas porque ela vinha assinada pela rainha, Dona Maria I. Para alguém como Ferreira, um cientista talentoso, Doutor em Filosofia Natural pela Universidade de Coimbra, a idéia de palmilhar uma imensa região ainda não mapeada e cheia de espécies vegetais e animais desconhecidos era excessivamente tentadora.

Ferreira desembarcou em Belém, no Pará, em 1783 e partiu numa viagem de quase dez anos por território habitado apenas por tribos de índios hostis. As anotações, desenhos e o material coletado pela equipe da expedição orientam até hoje pesquisadores que se aventuram pela Amazônia (clique para ver um slideshow). “O trabalho dele foi completo. Continua sendo referência nas mais diferentes áreas de estudo”, diz o biólogo Rodrigo Moura, que trabalha em projetos de conservação marinha para a Conservação Internacional e lamenta que Ferreira não seja melhor conhecido em seu próprio país.

Para amenizar esse esquecimento, Moura e outro biólogo, Kenyon Lindeman, batizaram uma nova espécie de peixe endêmica ao nosso litoral com o nome do naturalista. O *Lutjanus alexandrei*, da família do vermelho, foi descrito em artigo assinado pelos dois na última edição da revista Zootaxa,

Ferreira trouxe de Portugal para acompanhá-lo na expedição Agostinho José do Cabo, jardineiro botânico, e os riscadores, como eram chamados os desenhistas, José Joaquim Freire e Joaquim José Codina. Eles percorreram mais de 40 mil quilômetros no Norte e Centro-Oeste do Brasil. “A rainha de Portugal mandou uma ordem para que todos os súditos colaborassem com eles”, explica José Pereira da Silva, filólogo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e autor de vários de [trabalhos sobre o naturalista](#).

Biodiversidade

A “Viagem Filosófica”, como Ferreira decidiu chamar a expedição, não tinha caráter apenas científico. A missão primordial de Ferreira e sua equipe era mapear áreas com potencial para exploração econômica e demarcar zonas de fronteira com territórios espanhóis na América do Sul. Em suas andanças pelas capitâncias do Grão-Pará, Rio Negro (parte do atual Amazonas) e Mato Grosso, ele viu paisagens espetaculares e registrou o grau de biodiversidade da Amazônia.

“Honram igualmente as suas margens diversas qualidades de palmeiras dispensadoras de uma primavera sempre leda. A verdura nelas e em quase todas as árvores do país, é imortal. Estão em seus ramos os papagaios, os periquitos e alguns sugüins, arremedando e contrafazendo tudo quanto vêem e ouvem ao espectador que os observa. Não faltam, nos alagadiços, lontras, capivaras e diversos ratos aquáticos além de jacarés!”, escreveu.

Arrebatado com tantas novidades, o naturalista registrou tudo o que viu em seu diário. Discorreu sobre flores, folhas, aves, construções, artesanatos e ferramentas indígenas. Também mostrou indignação com o uso de tartarugas para o preparo de banha e preocupação com a extinção do peixe-boi. Achava que a necessidade da regulamentação de sua pesca era urgente.

“Observações como essas comprovam que ele foi o primeiro pesquisador a questionar a destruição da floresta amazônica e clamar pela preservação”, diz José Augusto de Pádua, historiador e colunista de **O Eco**. Ferreira não era homem e nem cientista de medir palavras. Em seus manuscritos, afirmou que havia mais charlatães na medicina no Pará do que a política na Itália.

Qualificou os índios como preguiçosos e libertinos, o oposto do que enxergava nos negros, que para ele, desde que bem alimentados, sempre cumpriam suas tarefas. Ferreira, no entanto, era um crítico da escravidão. Considerava-a uma manifestação de barbárie camuflada pelos preceitos do Iluminismo. “Nós os chamados bárbaros, porém eles, nesta parte, não desonram tanto a humanidade, como as mais polidas nações da Europa, que sem embargo de terem a razão exercitada pela Filosofia e iluminada pela Revelação, em se estabelecendo na América, parece que, de propósito, excogitam os meios de fazer mais pesado o jugo da escravidão dos negros”, escreveu ele numa página de seus diários da expedição.

Trabalho sem fim

De regiões inóspitas do Brasil, a equipe da expedição despachou em várias remessas boa parte do material produzido e coletado em suas andanças para Portugal. Quando a viagem por aqui terminou, em 1792, o naturalista partiu de volta para Lisboa, onde pretendia organizar toda essa coleção. Alegando aperto orçamentário, a Coroa não deu verba para que o trabalho prosseguisse. Na Corte, dizia-se que a razão por trás da súbita falta de dinheiro era o desinteresse português em divulgar informações que pudessem despertar a cobiça de outras nações. A política européia voltou a atropelar o trabalho de Ferreira em 1807, quando as tropas de Napoleão invadiram Portugal.

Vários manuscritos e ilustrações que compunham o corpo da “Viagem Filosófica” foram confiscados pelos franceses. Outro pedaço dele, com o material sobre animais coletado durante a expedição, desapareceu num incêndio na Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa em 1978. O que sobrou da coleção encontra-se no Brasil hea mais de um século, [trazida por iniciativa de D. Pedro II](#).

* *Roberta Salomone é jornalista.*